



## PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NONOAI**, por intermédio da Prefeita Municipal Sra. **ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA**, no uso das atribuições legais, resolve instaurar nesta data o presente processo licitação, na modalidade **CONTRATAÇÃO DIRETA**, do tipo **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme descrição contida no presente Processo.

### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de arbitragem de futsal masculino e feminino para os jogos do Campeonato Governo Municipal de Futsal 2024, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, de acordo com o Termo de Referência, e demais dispositivos do Processo.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de demanda solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a contratação de uma empresa especializada realização do Campeonato Municipal de Futsal demanda a contratação de uma empresa especializada em arbitragem para garantir a imparcialidade e a qualidade técnica dos jogos. A contratação é necessária para as seguintes categorias:

- Sub 11 (masculino);
- Sub 13 (masculino);
- Sub 15 (masculino);
- Feminino Livre;
- Masculino Livre;
- Masculino Veterano.

Pelo exposto, faz-se uso da faculdade do artigo 72 da Lei 14.133/2021, para Contratação Direta, do tipo Dispensa de Licitação, nos termos do Artigo 75 da Lei 14.133/2021, observando todos os requisitos legais.

### 3. JUSTIFICATIVA JURIDICA

O presente instrumento de justificativa visa cumprir o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 como antecedente necessário à contratação por dispensa de licitação, a qual objetiva a execução de **Serviços de arbitragem de futsal masculino e feminino para os jogos do Campeonato Governo Municipal de Futsal 2024**, atendendo as necessidades da



**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, de acordo com o Termo de Referência, e demais dispositivos do Processo.**

A Constituição Federal acolhe a presunção de que a prévia licitação produz a melhor contratação, isto é, aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia. Contudo, a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando a contratação direta nos casos previstos na legislação pertinente.

A Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 regulamentou o dispositivo constitucional transcrito e instituiu normas e procedimentos para a realização de licitações e celebração de contratos no âmbito da Administração Pública, prevendo, neste contexto, hipóteses excepcionais de contratação direta, em que, legitimamente, a Administração pode celebrar contratos sem a prévia realização de processo licitatório, com o devido amparo legal e dotadas das devidas justificativas legais.

Nesse passo, a Lei nº 14.133/2021 possibilita exceções a esta regra, como a dispensa de licitação (artigo 75). Neste expediente, aplica-se a hipótese do art. 75, inciso II, da mencionada Lei.

O referido texto leciona que a licitação será dispensável quando os valores no caso de outros serviços e compras, sejam inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

De outro norte, embora a legislação permita a Contratação Direta, não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a atuação administrativa, nem caracteriza uma livre atuação administrativa. É obrigatório o cumprimento de diversos requisitos, a fim de que a escolha da contratação, recaia sobre empresa com qualificação técnica, que cumpra os requisitos de habilitação, e que apresente a melhor proposta, preservando assim os princípios da contratação pública.

A ausência de licitação não se equivale a uma contratação informal, realizada por quem a Administração melhor lhe aprover, sem a adoção de cautelas e prova documental condizente e apta a dar suporte e respaldo a via adotada, pelo contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível. Trata-se de um procedimento formal prévio destinado a produzir a melhor escolha possível para a Administração.

Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo sempre levar em conta o interesse público.

Pelo exposto, pode a Administração Pública aplicar o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, **para dispensar licitação** e contratar diretamente pessoa jurídica que preencha TODOS os requisitos previstos no Processo de Licitação.



#### 4. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Nova Lei de Licitações autoriza expressamente a contratação direta mediante dispensa de licitação, nos termos do artigo 75, conforme dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de **outros serviços** e compras;

Além da previsão do contido no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, é obrigatório o cumprimento de outros requisitos legais, nos termos do artigo 72 da Lei.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Além disso, foram observadas as regras contidas nos artigos 18 e 23 da Lei 14.133/2021.

#### 5. RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A escolha dos fornecedores observou os requisitos Técnicos, de melhor preço, de cumprimento de requisitos de habilitação, de regularidade, e que possui qualificação técnica para realização dos serviços, bem como reputação ilibada e inquestionável.

Esclareça-se ainda que a empresa atende todas as condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, exigidas no instrumento convocatório.

Nesse sentido, a escolha recai sobre as empresas **ASSOCIACAO UNIAO FUTEBOL CLUBE DE NONOAI RS - UNIAO FC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 52.060.736/0001-59, com sede na Rua Pe Manoel Gomez Gonzalez, n.º 178, Bairro João Sperry, Nonoai/RS - CEP 99600-000, e **LAC - LIGA DE ARBITROS CHAPECÓ LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 54.039.876/0001-70, com sede na Rua Ermildo Marin D,



n.º 516, Bairro Belvedere, Chapecó/SC - CEP 89810-490, em face do valor e consultas de idoneidade realizada.

## 6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Público deve ser meta permanente de qualquer Administração. Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço.

Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com a média no mercado específico, obtida através de pedido de orçamento para empresa, sendo que obteve-se respostas de 03 (três) empresas, sendo:

### ITEM 01 - Arbitragem Categorias Sub 11, Sub 13 e Sub 15:

**ASSOCIACAO UNIAO FUTEBOL CLUBE DE NONOAI RS - UNIAO FC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 52.060.736/0001-59, com sede na Rua Pe Manoel Gomez Gonzalez, n.º 178, Bairro João Sperry, Nonoai/RS - CEP 99600-000, que apresentou o valor global de **R\$ 2.420,00 (dois mil quatrocentos e vinte reais)**;

**LAC - LIGA DE ARBITROS CHAPECÓ LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 54.039.876/0001-70, com sede na Rua Ermildo Marin D, n.º 516, Bairro Belvedere, Chapecó/SC - CEP 89810-490, que apresentou o valor global de **R\$ 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais)**;

**SS SERVICOS E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 48.288.485/0001-97, com sede na Rua Barao Do Rio Branco, n.º 1708, Complemento Casa, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Xanxere/SC - CEP 89820-000, que apresentou o valor global de **R\$ 3.410,00 (três mil quatrocentos e dez reais)**.

### ITEM 02 - Arbitragem Categorias Feminino Livre, Masculino Livre E Masculino Veterano:

**LAC - LIGA DE ARBITROS CHAPECÓ LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 54.039.876/0001-70, com sede na Rua Ermildo Marin D, n.º 516, Bairro Belvedere, Chapecó/SC - CEP 89810-490, que apresentou o valor global de **R\$ 14.060,00 (quatorze mil e sessenta reais)**;

**ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO OESTE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 72.307.960/0001-00, com sede na Rua Clevelândia, n.º 807, Bairro Centro, Chapecó/SC - CEP 89804-460, que apresentou o valor global de **R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)**;

**ASSOCIACAO UNIAO FUTEBOL CLUBE DE NONOAI RS - UNIAO FC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 52.060.736/0001-59, com sede na Rua Pe Manoel Gomez



Gonzalez, n.º 178, Bairro João Sperry, Nonoai/RS - CEP 99600-000, que apresentou o valor global de **R\$ 15.540,00 (quinze mil quinhentos e quarenta reais)**.

Foi feita a publicação da intenção de contratação, nos termos do artigo 75, § 3º da Lei 14.133, para obter eventuais propostas de interessados, não havendo demais interessados.

## **7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:**

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2024, classificados sob o código:

**0403 – EDUCAÇÃO CULT DESP**  
**2011 – MANUTENÇÃO E AMP. ATIVIDADES ESPORTIVAS**  
**3390390000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ**  
**REDUZIDO - 211**

**CONCLUSÃO** Em relação aos preços verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviços similar, podendo a Administração solicitá-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar com as empresas **ASSOCIACAO UNIAO FUTEBOL CLUBE DE NONOAI RS - UNIAO FC (Item 01)** e **LAC - LIGA DE ARBITROS CHAPECÓ LTDA (Item 02)**, relativamente a prestação dos serviços em questão, é decisão discricionária da Prefeita Municipal optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Comissão de Licitações e Procuradoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Nonoai-RS, 29 de julho de 2024.

**ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

31-05-1959

**NONOAI - RS**

**IGUALDADE**

**PROGRESSO**



ANEXO I

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2024

CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO  
DE NONOAI E A  
EMPRESA .....

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NONOAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 91.567.974/0001-07, estabelecido na Av. Pe. Manoel Gomez Gonzalez, 509, em Nonoai/RS, por seu Poder Executivo, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA** e a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ ....., com sede na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na Cidade de ....., neste ato representada pelo(a) Sr(a) ....., doravante denominada CONTRATADA, por esta e na melhor forma de direito, têm justo e contratado o que adiante segue, mediante as cláusulas e condições descritas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DISPOSIÇÃO GERAL:** O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações posteriores, bem como o atendimento das cláusulas e condições estabelecidas no Processo e seus anexos, em cumprimento ao processo administrativo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 025/2024**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de arbitragem de futsal masculino e feminino para os jogos do Campeonato Governo Municipal de Futsal 2024, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, de acordo com o Termo de Referência, e demais dispositivos do Processo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**

**Parágrafo Primeiro** – A entrega definitiva do objeto/serviço contratado, será efetivada logo após a conferência pelo fiscal do Contrato.

**Parágrafo Segundo** – Verificada a não conformidade na entrega do serviço contratado, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da sua notificação, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste contrato.

**Parágrafo Terceiro** – O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de **06 (seis) meses**, a contar da assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/BENS:** Conforme Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Arbitragem Categorias Sub 11, Sub 13 e Sub 15.	22	Jogos	R\$	R\$
02	Arbitragem Categorias Feminino Livre, Masculino Livre E Masculino Veterano.	74	Jogos	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO:</b>					<b>R\$</b>



**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após apresentação da nota fiscal, a qual deverá ser acompanhada da aprovação da execução do serviço por parte do Fiscal do Contrato.

**Parágrafo Segundo** - A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, no campo de Informações Complementares, a indicação do número do Processo Licitatório e do respectivo Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente contrato serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

**0403 – EDUCAÇÃO CULT DESP**  
**2011 – MANUTENÇÃO E AMP. ATIVIDADES ESPORTIVAS**  
**339039000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ**  
**REDUZIDO - 211**

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:** Todas as despesas e demais recursos necessários ao fornecimento/serviços ora contratados, incluindo-se eventual contratação de pessoal para o desempenho de suas obrigações contratuais, serão de responsabilidade da CONTRATADA, descaracterizando-se, assim, qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE ou obrigação pecuniária de qualquer natureza.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS DEVERES E DIREITOS DAS PARTES:**

**Parágrafo Primeiro - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Processo e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento do serviço;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Processo e seus anexos;
- e) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Parágrafo Segundo - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Realizar o fornecimento do objeto na forma e condições determinadas no Processo administrativo;
- b) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas;
- c) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do fornecimento objeto deste contrato;
- d) Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre os serviços objeto deste contrato;
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pelo CONTRATANTE;



- f) Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto do presente contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, desde que de responsabilidade do CONTRATADO;
- g) Manter os serviços prestados de acordo com a LGPD, no que lhe couber.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:** O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA fica sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência, no caso de falta de presteza e eficiência no fornecimento previsto no contrato;
- b) multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor pago de descumprimento contratual;
- c) suspensão do direito de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de um ano, na hipótese de reiterado descumprimento das obrigações contratuais;
- d) declaração de inidoneidade para participar de licitação junto ao MUNICÍPIO, na hipótese de recusar-se ao cumprimento do contrato.

**Parágrafo Segundo** - O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar do valor estipulado na CLÁUSULA QUINTA o valor de qualquer multa porventura imposta à CONTRATADA em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste contrato e que não sejam determinantes de rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:** O contrato poderá ser rescindido, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e seguintes da lei 14.133/2021.

**Parágrafo Único** - Em caso de rescisão antecipada, será pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA o valor proporcional ao que fora cumprido até a rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO:** São prerrogativas do CONTRATANTE as previstas no artigo 104 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de Nonoai, sem opção por qualquer outro, para dirimir eventuais dúvidas que possam advir do presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente termo, elaborado em duas vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos, na presença de duas testemunhas idôneas.

Nonoai, .. de ..... de 2024.

**ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA**

Prefeita Municipal  
CONTRATANTE

CONTRATADA

Vistos:

Fiscal Adm. do Contrato

Fiscal Técnico do Contrato

Gestor do Contrato

IGUALDADE

PROGRESSO



**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 025/2024**

**1. OBJETO:**

Seleção e contratação de empresa especializada para a execução de serviços de arbitragem de futsal masculino e feminino para os jogos do Campeonato Governo Municipal de Futsal 2024, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A realização do Campeonato Municipal de Futsal demanda a contratação de uma empresa especializada em arbitragem para garantir a imparcialidade e a qualidade técnica dos jogos. A contratação é necessária para as seguintes categorias:

- Sub 11 (masculino);
- Sub 13 (masculino);
- Sub 15 (masculino);
- Feminino Livre;
- Masculino Livre;
- Masculino Veterano.

**3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:**

**3.1. Horários e Presença:**

**Início dos Jogos:** Os jogos iniciarão às 19 horas. A empresa contratada deve garantir a pontualidade dos árbitros.

**Antecedência de Chegada:** Os árbitros devem estar presentes no local dos jogos com 30 minutos de antecedência para preparação e alinhamento com a organização.

**3.2. Despesas:**

**Responsabilidade:** Todas as despesas relacionadas à alimentação e deslocamento dos árbitros serão de responsabilidade da empresa contratada.

**Comprovação:** A empresa deve manter registros detalhados das despesas para eventual verificação pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

**3.3. Subcontratação:**

**Proibição:** Não é permitida a subcontratação dos serviços de arbitragem.



Vínculo: A empresa deve comprovar o vínculo empregatício dos árbitros, apresentando documentação que evidencie a relação de trabalho.

### **3.4. Objeto Social da Empresa:**

Especialização: A empresa contratada deve ter em seu objeto social a prestação de serviços de arbitragem, comprovando experiência e qualificação na área.

### **3.5. Quantidade de Árbitros:**

**Distribuição:** Cada jogo deverá contar com 2 árbitros, devidamente qualificados e certificados.

**Reserva:** A empresa deve manter um banco de árbitros reserva para substituições emergenciais.

### **3.6. Estrutura de Rodadas:**

**Programação:** Serão realizados 4 jogos por rodada, com 3 rodadas por semana, totalizando 12 jogos semanais.

**Flexibilidade:** A programação dos jogos deve permitir ajustes em casos de imprevistos, como atrasos ou cancelamentos.

### **3.7. Flexibilidade e Adaptação:**

**Imprevistos:** A empresa contratada deve estar preparada para lidar com possíveis atrasos no início dos jogos, cancelamentos de rodadas e outras eventualidades.

**Reescalonamento:** O reescalonamento das partidas será feito em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, garantindo mínima interrupção do campeonato.

### **3.8. Comunicação:**

**Coordenação:** A empresa deve designar um coordenador de arbitragem responsável pela comunicação direta com a organização do campeonato.

**Relatórios:** O coordenador deve fornecer relatórios periódicos sobre a arbitragem, destacando ocorrências, desempenho dos árbitros e feedback das equipes participantes.

### **3.9. Uniformes e Equipamentos:**

**Fornecimento:** A empresa é responsável pelo fornecimento de uniformes e equipamentos adequados para os árbitros.

**Padrão:** Os uniformes devem seguir o padrão estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, garantindo uniformidade e profissionalismo.

## **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

0403 - EDUCAÇÃO CULT DESP.

2011 - MANUTENÇÃO E AMP. ATIVIDADES ESPORTIVAS

339039000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ



REDUZIDO: 211

## 5. DETALHAMENTO DO CAMPEONATO:

### 5.1. Categorias e Número de Jogos:

Categoria	Fase Inicial	Quartas de Final	Semifinal	Final	Total de Jogos
Sub 11 (masculino)	3	0	0	1	4
Sub 13 (masculino)	10	0	0	1	11
Sub 15 (masculino)	6	0	0	1	7
Feminino Livre	6	0	0	1	7
Masculino Livre	36	4	2	1	43
Masculino Veterano	9	0	2	1	12
<b>Total Geral</b>	<b>70</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>84</b>

## 6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA:

**Proposta Financeira:** A proposta deve incluir o valor total pelos serviços de arbitragem, assegurando que todos os custos envolvidos, incluindo deslocamento e alimentação, estejam cobertos.

**Experiência:** Experiência comprovada em arbitragem de futsal, preferencialmente em campeonatos municipais e/ou estaduais.

## 7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

**Frequência:** O pagamento será realizado ao final da competição, após todos os jogos serem realizados.

**Documentação:** A empresa deve apresentar nota fiscal e relatório de atividades para liberação do pagamento.

## 8. PENALIDADES:

**Descumprimento:** Em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, a empresa estará sujeita a penalidades conforme a legislação vigente e as cláusulas contratuais estabelecidas.

**Multas:** Multas poderão ser aplicadas em casos de atrasos não justificados, ausência de árbitros, ou má conduta durante os jogos.

## 9. CONDIÇÕES GERAIS:

**Disponibilidade:** A empresa deve garantir a disponibilidade de árbitros para todos os jogos, conforme o cronograma definido.



GOVERNO MUNICIPAL DE

**NONOAI**

**Comunicação Antecipada:** Qualquer alteração no cronograma de jogos deverá ser comunicada com antecedência mínima de 48 horas à empresa contratada.

**Reorganização:** Em caso de cancelamento de rodadas por motivos de força maior (clima, problemas estruturais, etc.), a empresa deverá reorganizar a arbitragem para as novas datas acordadas com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

**MATHEUS DALL AGNOL GALLO**

Departamento de Esportes





**ANEXO III**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 025/2024**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Arbitragem Categorias Sub 11, Sub 13 e Sub 15.	22	Jogos	R\$ 110,00	R\$ 2.420,00
02	Arbitragem Categorias Feminino Livre, Masculino Livre E Masculino Veterano.	74	Jogos	R\$ 190,00	R\$ 14.060,00
<b>VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA:</b>					<b>R\$ 16.480,00</b>

Nonoai/RS, 29 de julho de 2024.

**PEDRO VANDERLEI PORTELA DOS SANTOS**  
Diretor do Departamento de Compras e Licitações

